

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.
Suzano – São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 28 de janeiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcos Roberto Bassi'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'M' and 'R'.

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.013	7.807	Financiamentos	7	17.187	15.432
Contas a receber e outros recebíveis	6	48.539	61.342	Fornecedores e outras contas a pagar	8	5.444	5.718
Estoques		743	374	Provisões e encargos trabalhistas		997	1.067
Despesas antecipadas		46	49	Tributos a recolher	9	1.069	1.354
Total do ativo circulante		<u>56.341</u>	<u>69.572</u>	Total do passivo circulante		<u>24.697</u>	<u>23.571</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	7	227.115	243.517
Contas a receber e outros recebíveis	6	416.757	415.443	Tributos a recolher	9	39.379	40.681
Imobilizado		2.007	1.117	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	28.993	24.036
Intangível		18	20	Provisões para contingências	13	245	199
Total do ativo não circulante		<u>418.782</u>	<u>416.580</u>	Total do passivo não circulante		<u>295.732</u>	<u>308.433</u>
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		96.353	96.353
				Reservas		58.341	57.795
				Total do patrimônio líquido		<u>154.694</u>	<u>154.148</u>
				Total do passivo		<u>320.429</u>	<u>332.004</u>
Total do ativo		<u><u>475.123</u></u>	<u><u>486.152</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>475.123</u></u>	<u><u>486.152</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	15	30.940	69.814
Custo dos serviços prestados	16	<u>(21.977)</u>	<u>(53.526)</u>
Lucro bruto		<u>8.963</u>	<u>16.288</u>
Despesas administrativas	16	<u>(8.803)</u>	<u>(7.021)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		160	9.267
Receitas financeiras	17	40.961	27.882
Despesas financeiras	17	<u>(21.618)</u>	<u>(23.853)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>19.343</u>	<u>4.029</u>
Resultado antes dos impostos		19.503	13.296
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	<u>(4.957)</u>	<u>(2.803)</u>
Resultado do exercício		<u><u>14.546</u></u>	<u><u>10.493</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Resultado do exercício	<u>14.546</u>	<u>10.493</u>
Resultado abrangente total	<u><u>14.546</u></u>	<u><u>10.493</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Especial de lucros	Lucros a realizar	Reserva de retenção lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2012		71.000	2.366	24.527	20.409	-	-	118.302
Aumento de capital social		25.353	-	-	-	-	-	25.353
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	10.493	10.493
Reserva legal	14.c	-	525	-	-	-	(525)	-
Transferência para reserva de retenção lucros	14.d	-	-	(24.527)	(20.409)	54.904	(9.968)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>96.353</u>	<u>2.891</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54.904</u>	<u>-</u>	<u>154.148</u>
Dividendos distribuídos	14.e	-	-	-	-	(14.000)	-	(14.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	14.546	14.546
Reserva legal	14.c	-	727	-	-	-	(727)	-
Transferência para reserva de retenção lucros	14.d	-	-	-	-	13.819	(13.819)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>96.353</u>	<u>3.618</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54.723</u>	<u>-</u>	<u>154.694</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	14.546	10.493
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	169	102
Resultado na venda de imobilizado	2	177
Provisão para contingências	46	199
Impostos de renda e contribuição social diferidos	4.957	2.803
Impostos diferidos PIS e Cofins	1.302	1.714
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente e outros investimentos	(40.778)	(27.843)
Juros incorridos de financiamentos	23.716	22.965
Redução em contas a receber e outros recebíveis	52.267	9.617
Aumento em estoques	(369)	(298)
Redução em despesas antecipadas	3	1
Redução em fornecedores e outras contas a pagar	(274)	(65)
Redução em provisões e encargos trabalhistas	(70)	(218)
(Aumento) redução em tributos a recolher	(2.889)	164
	<u>52.628</u>	<u>19.811</u>
Juros pagos de financiamentos	<u>(23.694)</u>	<u>(23.096)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	<u>28.934</u>	<u>(3.285)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(371)	(303)
Aquisições de ativo intangível	<u>(8)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(379)</u>	<u>(303)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividade de financiamentos		
Pagamentos de financiamentos	(15.349)	(13.299)
Dividendos pagos	(14.000)	-
Aumento de capital social	<u>-</u>	<u>24.405</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	<u>(29.349)</u>	<u>11.106</u>
(Diminuição) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(794)</u>	<u>7.518</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1 ° de janeiro	<u>7.807</u>	<u>289</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>7.013</u>	<u>7.807</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S.A. “a Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Suzano, São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, 700, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por meio de Concessão Administrativa, para prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 m³/s de água tratada para os atuais 15 m³/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê – SPAT. A operação da Companhia é regida, pelos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS nº. 6.651/06" e pelo respectivo "Contrato de Concessão”.

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos com vencimento original em 2024, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ao final do prazo da concessão. O prazo contratual poderá ser prorrogado, como previsto no contrato de concessão, sendo solicitado antecipadamente 24 meses do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de janeiro de 2014.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas nas notas explicativa 3.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Notas 3(h), 15 e 18: Reconhecimento de receita: A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.
- Nota 13 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013, sendo eles CPC 19 (R2), CPC 26 (R1), CPC 33(R1), CPC 36 (R3), CPC 40 (R1), CPC 45 e CPC 46. Nenhum desses novos pronunciamentos teve impacto sobre essas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e custo amortizado.

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece a baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos em contas a receber e outros recebíveis.

Contas a receber e outros recebíveis

Contas a receber e outros recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor presente de recebíveis de contratos de concessão de serviços é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa interna de retorno apurada no contrato de concessão na data de apresentação.

Contas a receber e outros recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de serviços de saneamento básico.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 14e.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final do exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

• Máquinas, aparelhos e equipamentos	8 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Computadores e periféricos	2 anos
• Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob as condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o

devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2013.

ii. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2013.

f. Benefícios a empregados

i. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. As obrigações de pagamento para planos de contribuição definida são reconhecidas como uma despesa no resultado à medida que são incorridas. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Receita operacional de contratos de concessão de serviços e construção com a SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP, o qual de acordo com ICPC01 (R1) – Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da SABESP, e receberá até o final da concessão em 2024.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita

é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão, e os juros efetivos foram determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão de 15 anos, as taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	11,56%	11,56%
Juros efetivos do contrato de concessão	8,59%	8,36%

A Companhia passou a reconhecer as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e aplicações financeiras, variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas corrente e diferida. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

O *IFRS 9 Instrumentos financeiros* introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Determinação do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Companhia são classificados como “nível 2”.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

i. Contas a receber de cliente e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de 8,59% a.a. proveniente da taxa interna de retorno da Companhia apurado no contrato de concessão na data de apresentação, que se equipara ao valor contábil.

ii. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	4	4
Saldos bancários	7.009	1
Aplicações financeiras	-	7.802
	<u>7.013</u>	<u>7.807</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na nota explicativa nº 11.

6 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recebíveis de contratos de concessão	434.117	447.475
Impostos a recuperar	30.189	28.329
Adiantamento a fornecedores	958	977
Outros créditos	32	4
	<u>465.296</u>	<u>476.785</u>
Ativo circulante	48.539	61.342
Ativo não circulante	416.757	415.443

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

	2013	2012
Saldos iniciais	447.475	435.042
Receita decorrente de serviços de construção	1.057	39.304
Receita decorrente de serviços de operação	37.020	40.279
Receita financeira decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	40.778	27.843
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	(92.213)	(94.993)
	434.117	447.475

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a recebíveis de contrato de concessão é divulgada na nota explicativa nº 11.

7 Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 11.

Linha de Crédito	Juros	Vencimento	2013	2012
Finame	2,5% a.a.	2.017	157	-
Finame	2,5% a.a.	2.018	520	-
BNDES - partes relacionadas	TJLP + 2,8% a.a.	2.024	245.002	260.453
Custo de transação			(1.377)	(1.504)
			244.302	258.949
		Passivo circulante	17.187	15.432
		Passivo não circulante	227.115	243.517

Em 06 de abril de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 275.000, divididos em cinco subcréditos.

As principais garantias deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão fiduciária de recebíveis e de penhor de ações de emissão da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A., pertencentes aos seus acionistas;
- Aval de controladora indireta Companhia Nacional de Participações S.A. – Enpar;
- Fiança bancária direta através do Banco Safra S.A limitada a fiança de R\$ 25.000 referente ao subcrédito “B” deste contrato de financiamento que corresponde a R\$ 3.984;

Em 12 de março, 18 de abril e 20 de maio de 2013, a Companhia firmou contratos de finames com BNDES para aquisição de equipamentos no montante de R\$ 160, R\$ 288 e R\$ 231

respectivamente. Estes financiamentos mantem como garantia a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 2.030 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.377.

Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros anual do contrato de financiamento é de 8,46% em 2013 e 9,08% em 2012.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>Valor</u> <u>contábil</u>	<u>12</u> <u>meses</u>	<u>13 a 24</u> <u>meses</u>	<u>25 a 36</u> <u>meses</u>	<u>37 a 48</u> <u>meses</u>	<u>49 a 60</u> <u>meses</u>	<u>61 a 122</u> <u>meses</u>
Financiamentos	1.377	200	195	187	176	162	457

<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Valor</u> <u>contábil</u>	<u>12</u> <u>meses</u>	<u>13 a 24</u> <u>meses</u>	<u>25 a 36</u> <u>meses</u>	<u>37 a 48</u> <u>meses</u>	<u>49 a 60</u> <u>meses</u>	<u>61 a 133</u> <u>meses</u>
Financiamentos	1.504	225	212	197	182	164	524

8 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores diversos		2.472	2.080
Fornecedores de serviços		-	105
Prestadores de serviços de obra		2.749	3.363
Outras contas a pagar – partes relacionadas	12	223	158
Outras contas a pagar		-	12
		<u>5.444</u>	<u>5.718</u>

Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Os compromissos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

31 de dezembro de 2013	Compromissos	12	1-2	2-5	Mais que
	<u>futuros</u>	<u>meses</u>	<u>anos</u>	<u>anos</u>	<u>5 anos</u>
Prestadores de serviços (fornecedores)					
Compromissos com contratos	29.918	8.027	3.102	7.134	11.655
31 de dezembro de 2012					
	<u>Compromissos</u>	<u>12</u>	<u>1-2</u>	<u>2-5</u>	<u>Mais que</u>
	<u>futuros</u>	<u>meses</u>	<u>anos</u>	<u>anos</u>	<u>5 anos</u>
Prestadores de serviços (fornecedores)					
Compromissos com contratos	32.930	7.843	9.492	5.803	9.792

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime de competência contábil, quando os serviços forem prestados, e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

9 Tributos a recolher

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) diferido – contrato de concessão	32.126	33.425
Programa de Integração Social (PIS) diferido – contrato de concessão	7.253	7.256
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	776	799
Programa de Integração Social (PIS)	169	173
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	37	49
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	12	13
Imposto Sobre Serviços (ISS)	43	282
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	28	34
Demais tributos	4	4
	<u>40.448</u>	<u>42.035</u>
Passivo circulante	1.069	1.354
Passivo não circulante	39.379	40.681

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	<u>Ativo / (Passivo)</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Ativo diferido	611	673	(62)	(63)
Custos de transação dos financiamentos	(468)	(511)	43	82
Contas a receber e imobilizado - líquidos – contratos de concessão	(30.101)	(24.419)	(5.682)	(4.475)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	(1.064)	(1.006)	(58)	426
Prejuízo fiscal a compensar	1.797	1.173	624	1.173
Outras diferenças temporárias	232	54	178	54
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(28.993)</u>	<u>(24.036)</u>	<u>(4.957)</u>	<u>(2.803)</u>

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, a partir do final do exercício social comparativo, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

Conciliação de IR/CS sobre o lucro:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	19.503	13.296
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(6.631)	(4.520)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	9	(26)
Outras	1.665	1.743
Imposto diferido	(4.957)	(2.803)
Alíquota efetiva	25,42%	21,08%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, mesmo no caso da opção pela adoção antecipada, não há risco relacionado à tributação sobre dividendos pagos após a data da publicação da MP 627 que excederam o lucro fiscal apurado entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

11 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente (SABESP) ou uma contraparte em um ativo financeiro, falhem em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de clientes que é o contrato de Parceria Público Privada e a inexistência de histórico de inadimplência do cliente que possui credibilidade no mercado. Anualmente a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito e em 2013 foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo AA (BRA), o qual reflete a capacidade deste cliente em honrar de forma pontual e integral o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.013	7.807
Recebíveis de contrato de concessão	6	434.117	447.475
		<u>441.130</u>	<u>455.282</u>

Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações,

tanto em condições normais quanto de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>Nota</u>	2013	2012
Financiamentos	7	245.679	260.453
Fornecedores e outras contas a pagar	8	5.444	5.718
		<u>251.123</u>	<u>266.171</u>

Por tratar-se de uma SPE – Sociedade de Propósito Específico com a finalidade de gerir o contrato de PPP – Parceria Pública Privada firmado com a SABESP, a Companhia realizou abertura de crédito junto ao BNDES, baseada nas previsões de entrada de caixa previstas no respectivo contrato, conforme divulgado na nota explicativa 7. Este financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas podem exigir que a Companhia liquide o financiamento antes da data indicada na tabela de cronograma de amortização bruta de dívida, apresentada abaixo ou que os acionistas aportem recursos próprios. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

Cronograma de amortização da dívida

<u>31 de dezembro de 2013</u>	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 122 meses
Financiamentos	245.679	355.790	35.454	35.454	35.427	35.427	35.262	178.766
Fornecedores e outras contas a pagar	5.444	5.444	5.444	-	-	-	-	-

<u>31 de dezembro de 2012</u>	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 133 meses
Financiamentos	260.453	399.333	36.119	36.106	36.091	36.076	36.058	218.883
Fornecedores e outras contas a pagar	5.718	5.718	5.718	-	-	-	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao IPCA e TJLP.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	Risco	Valor contábil	
			2013	2012
Instrumentos de taxa variável				
Empréstimos e recebíveis - Recebíveis de contratos de concessão	6	IPCA	434.117	447.475
Passivos financeiros - Financiamentos	7	TJLP	(245.002)	(260.453)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2013	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Recebíveis de contratos de concessão	434.117	IPCA	5,91	7,39	6.414	8,87	12.828
Passivos financeiros							
Financiamentos	(245.002)	TJLP	5,00	6,25	(3.063)	7,50	(6.125)
Total					<u>3.351</u>		<u>6.703</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2013	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Recebíveis de contratos de concessão	434.117	IPCA	5,91	4,43	(6.414)	2,96	(12.828)
Passivos financeiros							
Financiamentos	(245.002)	TJLP	5,00	3,75	3.063	2,50	6.125
Total					<u>(3.351)</u>		<u>(6.703)</u>

Fontes:

TJLP - Banco Central do Brasil

IPCA - BACEN

Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2013	2012
Total do passivo	320.429	332.004
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(7.013)	(7.807)
Dívida líquida (A)	313.416	324.197
Total do patrimônio líquido (B)	154.694	154.148
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	2,03	2,10

Valor justo versus valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

	Valor Contábil		Valor Justo	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.013	7.807	7.013	7.807
Contas a receber e outros recebíveis	465.296	476.785	465.296	476.785
Total	472.309	484.592	472.309	484.592
Passivos financeiros				
Financiamentos	245.679	260.453	245.679	260.453
Fornecedores e outras contas a pagar	5.444	5.718	5.444	5.718
Total	251.123	266.171	251.123	266.171

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

	2013		2012	
	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.013	-	7.807	-
Contas a receber e outros recebíveis	465.296	-	476.785	-
Total	472.309	-	484.592	-
Passivos financeiros				
Financiamentos	-	245.679	-	260.453
Fornecedores e outras contas a pagar	-	5.444	-	5.718
Total	-	251.123	-	266.171

12 Partes relacionadas

Controladora e parte controladora final

A parte controladora final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas essas demonstrações financeiras.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	2013	2012
Remuneração da diretoria	1.175	1.077
Benefícios diretos e indiretos	15	359
	1.190	1.436

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Bradesco Previdência Privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, e o fornecimento de vale refeições e transporte. Em 31 de dezembro de 2013, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 1.263 (R\$ 1.290 em 2012).

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

<u>Circulante</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber				
Galvão Engenharia S.A.				
- Contrato de construção (a)	-	-	-	(13.163)
Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental				
- Contrato de assistência técnica (b)	163	158	(1.826)	(1.743)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados (c)	60	-	(1.064)	(1.365)
Em financiamentos				
- Financiamento - BNDES (d)	17.228	15.656	(19.658)	(22.727)
<u>Não circulante</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Em financiamentos				
- Financiamento - BNDES (d)	227.774	244.797	-	-

- (a) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contrato particular de construção e empreitada global com a sua acionista não controladora Galvão Engenharia S.A. no montante de R\$ 379.430 totalmente registrado como custo dos contratos de construção.
- (b) Contrato de serviços de assistência técnica com acionista controladora iniciado em fevereiro de 2009, com valor fixo mensal atualizado de R\$ 163, válido até o final da concessão.
- (c) Refere-se a repasses com gasto de pessoal alocados temporariamente entre as empresas do Grupo para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiro), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (d) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa 7 financiamentos.

A Companhia possui aval da controladora indireta ENPAR – Companhia Nacional de Participações S.A. no contrato de financiamento junto ao BNDES.

13 Provisão para contingências

A Companhia é parte em várias discussões que envolvem eventuais contingências em diversas matérias. Para os valores questionados em que a Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, considera existirem riscos prováveis de perda, foram registradas provisões no valor de R\$ 245 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2012) referentes a riscos cíveis e trabalhistas.

	Cíveis e trabalhistas	
	2013	2012
Saldo inicial	199	10
Adições	110	228
Reversões	(64)	(39)
Saldo final	245	199

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 146 (R\$ 209 em 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 96.353.916 ações ordinárias, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2013	2012
	Participação	Participação
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	95%	95%
Galvão Engenharia S.A.	5%	5%
	100%	100%

b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (e).

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento de capital dos exercícios, mediante deliberação em assembléia geral na Companhia.

e. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deva ser de 50% do lucro líquido do exercício,

ajustado na forma dessa lei. De acordo com ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2013 os acionistas, por unanimidade, optaram pela não distribuição de dividendos obrigatórios sobre resultado do exercício de 2013.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato do BNDES e, dentre estas obrigações, ficou estipulado que, sem a prévia anuência expressa pelo BNDES, a Companhia não poderá efetuar a distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, seja ela sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros, amortização de dívida subordinada, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações, participação nos resultados ou honorários a qualquer título, a menos que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- Os recursos distribuídos sejam referentes a lucros líquidos apurados sobre fatos financeiros recorrentes;
- Os indicadores estabelecidos no contrato do BNDES permaneçam comprovadamente atendidos, tanto antes, quanto após a distribuição em questão; e
- A beneficiária esteja adimplente com todas as obrigações estabelecidas no contrato do BNDES.

A Companhia efetuou pagamentos de dividendos durante o exercício de 2013 relativos a resultados de exercícios anteriores. Esta destinação foi aprovada pelo BNDES através do documento “Carta AS/DESAM 077/2013” que permite a Companhia distribuir dividendos no período desde que os indicadores estabelecidos acima estejam e permaneçam atendidos após a distribuição e que seja realizado com recursos oriundos de sua atividade operacional, especificamente, sem obtenção de empréstimo ou operações assemelhadas. A Companhia em 31 de dezembro de 2013 estava em conformidade com orientações e exigências do BNDES para distribuição de dividendos.

15 Receita operacional líquida

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita de prestação de serviço da operação	37.020	39.304
Receita de contrato de construção	1.057	40.279
Impostos sobre os serviços prestados	<u>(7.137)</u>	<u>(9.769)</u>
Total da receita	<u><u>30.940</u></u>	<u><u>69.814</u></u>

A receita da Companhia está atrelada ao contrato de concessão de Parceria Público Privada, firmado entre a Companhia e a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, dividida entre receita de contrato de construção e receita de prestação de serviços da operação. A Companhia reconhece sua receita pelo regime de competência na medida em que presta os serviços operacionais e cumpre com a responsabilidade de construção do contrato, ambas vinculadas ao acordo de concessão de serviços, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e Orientação OCPC 05.

16 Custos e despesas por natureza

Custos	2013	2012
Custos de concessão	(18.805)	(20.399)
Custos com pessoal	(4.076)	(4.207)
Outros custos	(2.969)	(1.398)
Contrato de construção	(848)	(31.967)
Crédito Pis e Cofins	4.721	4.445
Total custos dos serviços prestados	(21.977)	(53.526)

Despesas administrativas	2013	2012
Despesas com pessoal	(3.336)	(2.829)
Serviços contratados	(3.482)	(2.888)
Outras despesas	(1.864)	(1.070)
Depreciação e amortização	(121)	(234)
Total despesas administrativas	(8.803)	(7.021)

17 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente	40.874	27.843
Juros de aplicações financeiras	87	39
	40.961	27.882
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(21.538)	(23.001)
Comissões e despesas bancárias	(80)	(822)
Outras despesas financeiras	-	(30)
	(21.618)	(23.853)
Resultado financeiro líquido	19.343	4.029

18 Acordos de concessão de serviços

A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público-Privada com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por meio de Concessão Administrativa, consistindo na prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 m³/s de água tratada para os atuais 15

m³/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT, nos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS no. 6.651/06" e do respectivo "Contrato de Concessão".

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos, e que os bens provenientes do referido contrato serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ao término da concessão em 2024.

O Poder Concedente irá fornecer à Companhia um pagamento mensal mínimo garantido para cada mês. Ao final do período de concessão, as obras se tornam propriedade do poder concedente e a Companhia não terá mais envolvimento em suas exigências de operação ou manutenção.

Em função da adoção da ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, conforme requerido pela ICPC 01 (R1), de acordo com o CPC 17 (R1), considerando as margens de construção conforme descritas na nota explicativa 3(h). Anteriormente estes custos de construção ou aquisição de ativos eram contabilizados como ativo imobilizado, pelo custo da transação. Considerando que o risco de demanda é do Poder Concedente (SABESP), a Companhia passou a reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. Adicionalmente, devido ao fato do ativo financeiro a receber do poder concedente ter sido registrado inicialmente pelo seu valor justo (valor presente) e posteriormente ajustado ao custo amortizado, a Companhia reconheceu uma receita financeira relativa ao ajuste da passagem do tempo.

a. Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP, que até 31 de dezembro de 2013, estavam sendo cumpridos, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

b. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 02 de março de 2009.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, mantendo, entretanto, controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos custo, depreciação e amortização acumulada.

19 Riscos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas

relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Seguro garantia	7.119	7.119
Responsabilidade civil	7.200	4.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	<u>34.400</u>	<u>32.600</u>
Total	<u>48.719</u>	<u>43.719</u>

Composição da Diretoria

Diretoria:

Otávio Ferreira da Silveira
Edison Martins
Sueli Aparecida de Oliveira

Contador

Wagner Macedo da Rocha
CRC/SP nº 1SP188187/O-0